



Mas já que se há de escrever,  
que ao menos não se esmaguem com palavras  
as entrelinhas  
Clarice Lispector

Relendo Clarice, encontro um jeito de expressar o desafio de escrever a apresentação de um dossiê sobre Saúde Mental. Como não esmagar com as palavras as entrelinhas? Como apresentar três textos densos e provocativos sem aprisionar o que deles escapa? Sim, porque certamente não são os conceitos que trazem, as histórias que contam, o que há ali de mais importante, mas é o que neles vibra.

Pois é assim que gostaria de apresentá-los – pela vibração, pelo que emana de luz, calor, vermelho, das entrelinhas, em cada texto. Em tempos que alguns querem cinza porque prometidos de uma monótona ‘sanidade’, em tempos nos quais presunçosas sinapses são controladas (pretensamente), há um jorro vermelho, de cor intensa, que escapa.

Assim, em São Paulo, Santos, Campinas, Natal – mas poderíamos acrescentar muitos outros municípios, serviços, trabalhadores, usuários... – acompanhamos o movimento da ‘Reforma Psiquiátrica no Brasil’, que rompe, mas também captura, avança em conquistas cidadãs e se acomoda a um lugar já instituído de (e para) ser, que resiste se (re)criando.

Precisamos contar histórias, todas aquelas que nos comovem porque o olho brilha. O olho não deixa mentir – conta de olho conta sorrindo que pode, agora, se olhar. Antes, era o manicômio e, lá, só se era olhado. Olhado, vigiado, controlado, contido.

Não nos iludamos, entretanto, porque, para que esse manicômio desapareça, é necessário que muitos muros caiam. Como nos alertam Alverga & Dimenstein, em artigo que compõe o dossiê “A Reforma Psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura”, é preciso conjurar os ‘desejos de manicômio’ que perpassam o *socius*, ousar na quebra da identificação nosológica que insiste na acolhida (e produção de demanda reprimida) dos usuários, mais na construção dos projetos terapêuticos, mais no desmonte das barreiras em prol da construção de cidades subjetivas a serem permanentemente (re)singularizadas. Os autores chamam a atenção para a importância de se problematizar não apenas a velocidade na implementação da política de saúde mental em curso, mas para sua direção.

Sobre este ponto é o artigo de Elizabeth Lima, “Por uma arte menor: ressonâncias entre arte, clínica e loucura na contemporaneidade”, que nos ajuda a

seguir pelos (des)caminhos da clínica. É na vizinhança, no estar ao lado, que a direção se faz. Beth toma as obras-de-arte produzidas pelos internos dos hospitais psiquiátricos e aposta na ‘beleza e força que, do lugar que ocupam hoje na cultura, questionam e fazem estremecer as bases de uma lógica manicomial e um modo de ver a loucura, a doença, a diferença’. Destaca os múltiplos agenciamentos que permitiram (permitem) que a vida continue a pulsar. Vibração, portanto, que, na arte, na clínica, experimentamos como limiares de passagem. Direção que nos argúi todo o tempo para o que vai se manicomializando em nossos fazeres extra-muros.

Não nos enganemos, entretanto, de modo que a crítica, necessária, ao que pode nos capturar em experiências que queremos desmanicomializadoras, se confunda, como queremos nos fazer crer, com restauração/industrialização dos leitos/hospitais psiquiátricos. O que conquistamos no campo da saúde mental no Brasil, confirmado por Conferências Nacionais e Internacionais, pela lei Federal 10.216 de abril de 2001 – que provê assistência às pessoas com transtornos mentais dispondo, sobretudo, sobre os “seus direitos” –. constitui patrimônio público a ser preservado e melhorado.

Neste sentido, o artigo de Luzio & L’Abbate, “A Reforma Psiquiátrica brasileira: aspectos históricos e técnico-assistenciais das experiências de São Paulo, Santos e Campinas”, traz-nos a potente história de enfrentamentos, invenções, rupturas com velhos modelos de cuidado, ousadia de, em tempos neoliberais, avançar num projeto de política pública de saúde que incluisse a loucura como experiência. Esta é a história de uma política que se fez a partir de/com as experiências, como mostram as autoras. Esta é uma política que veio para fazer vibrar, vermelho, cores e luz... e, porque feita destas partes, possível de se reinventar e manter o brilho dos olhos que olham para além de uma ‘lucidez perigosa’.

Estou por assim dizer  
vendo claramente o vazio.  
E nem entendo aquilo que entendo:  
pois estou infinitamente maior que eu mesma,  
e não me alcanço.  
Além do que: que faço dessa lucidez?

Sei também que esta minha lucidez  
pode-se tornar o inferno humano  
- já me aconteceu antes.  
Clarice Lispector

**Regina Benevides,**  
Departamento de Psicologia, Universidade Federal  
Fluminense, Rio de Janeiro  
<rebenevi@terra.com.br >